



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

TERMO DE COOPERAÇÃO

TERMO DE COOPERAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**, POR INTERMÉDIO DA **SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS**, COM A INTERVENIÊNCIA DO NÚCLEO DE INTELIGÊNCIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO (NIMP), E O **MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR**, COM A INTERVENIÊNCIA DA SECRETARIA DE PESQUISA E APOIO À INVESTIGAÇÃO (SPAI), OBJETIVANDO **DISPONIBILIZAR ACESSO A REGISTROS DE PORTABILIDADE NUMÉRICA E DE FAIXAS DAS OPERADORAS DE TELEFONIA**, NOS TERMOS DO QUE CONSTA NO PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA N. 00001.000.477/2025 (SIM/MPRS).

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (MPRS)**, inscrito no CNPJ n. 93.802.833/0001-57, com sede administrativa na avenida Aureliano de Figueiredo Pinto, n. 80, na cidade de Porto Alegre/RS, representado, neste ato, pelo Procurador-Geral de Justiça, **ALEXANDRE SIKINOWSKI SALTZ**, por intermédio



MPRS

Ministério Público
do Rio Grande do Sul

Gabinete do Procurador-Geral de Justiça



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

da SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS, representada, neste ato, pela Subprocuradora-Geral de Justiça, **ISABEL GUARISE BARRIOS**, e com a interveniência do NÚCLEO DE INTELIGÊNCIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO (NIMP), representado, neste ato, pelo Promotor de Justiça Coordenador, **ANDRÉ LUIS DAL MOLIN FLORES**; e o **MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR**, inscrito no CNPJ n. 26.989.715/0004-55, com sede administrativa no Setor de Embaixadas Norte, Lote 43, Bloco A - CEP 70800-400, na cidade de Brasília/DF, representado, neste ato, por seu Procurador-Geral de Justiça Militar, **CLAURO ROBERTO DE BORTOLLI**, designado pela Portaria nº 57, de 25 de março de 2024, publicada no Diário Oficial da União de 26 de março de 2024, e em conformidade com as atribuições conferidas pela Lei Complementar n. 75, de 20 de maio de 1993; nos termos do que consta no Procedimento de Gestão Administrativa n. 00001.000.477/2025 (SIM/MPRS), resolvem celebrar o presente Termo de Cooperação, observado o contido, no que couber, na Lei Federal n. 14.133/2021, na Instrução Normativa CAGE n. 04/2024, no Provimento n. 59/2011-PGJ e no Plano de Trabalho anexo, mediante as cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

Este Termo de Cooperação tem por objetivo ***disciplinar o acesso a registros de portabilidade numérica e de faixas das operadoras de telefonia*** pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (MPRS), doravante denominado **MPRS**, diretamente ao MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR (MPM), doravante





**MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

denominado **MPM**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DO MPRS:

É obrigação do MPRS:

(a) disponibilizar o acesso a registros de portabilidade numérica e de faixas das operadoras de telefonia ao MPM.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO MPM:

São obrigações do MPM:

(a) utilizar os registros de portabilidade numérica e de faixas das operadoras de telefonia apenas no âmbito do próprio órgão, em especial no SITTEL, não sendo permitido o repasse a outras instituições, salvo se expressamente autorizado pelo MPRS;

(b) zelar pelo uso adequado do programa comprometendo-se a manter o sigilo e a utilizar os dados que lhes forem disponibilizados somente nas atividades que, em virtude de lei, lhes compete exercer, não podendo transferi-los a terceiros;

(c) apurar o fato, no caso de uso indevido dos registros, com vistas à eventual responsabilização administrativa e criminal.

CLÁUSULA QUARTA – DA RECIPROCIDADE:

Os partícipes se comprometem a cooperar para o intercâmbio de dados e informações de interesse público que possam ser úteis às atividades-fim do MPM e do MPRS, com o objetivo de promover a parceria, o estímulo às boas práticas e à inserção de novas



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

ferramentas e tecnologias que auxiliem no desenvolvimento institucional, para além do presente Termo de Cooperação.

CLÁUSULA QUINTA – DA PROTEÇÃO DE DADOS:

No tocante à proteção de dados, serão seguidas as seguintes diretrizes:

(a) os partícipes possuem autonomia para decidir, de modo independente uma da outra, sobre as operações de tratamento de dados pessoais que realizarem em decorrência deste Termo de Cooperação, se comprometendo a cumprir a legislação de proteção de dados pessoais, especialmente o disposto na Resolução nº 281, de 12 de dezembro de 2023, do Conselho Nacional do Ministério Público, que institui a Política Nacional de Proteção de Dados Pessoais e o Sistema Nacional de Proteção de Dados Pessoais no Ministério Público, na Lei Federal n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), na Lei Federal n. 12.965/2014 (Marco Civil da Internet) e demais regulamentos emitidos pelas autoridades competentes.

(b) nas operações de tratamento de dados pessoais realizadas por força deste Termo de Cooperação, os partícipes se obrigam a:

(b.1) realizar o tratamento de dados pessoais para finalidades legítimas, conforme os princípios e amparadas em uma das bases legais previstas na LGPD;

(b.2) adotar medidas técnicas e administrativas adequadas de segurança que garantam a inviolabilidade, a confidencialidade, a disponibilidade e a integridade dos dados pessoais, nos termos definidos na legislação e nos instrumentos contratuais, tais como: (i)





MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

mecanismos de autenticação de acesso aos registros, como sistemas de autenticação dupla para assegurar a individualização do responsável pela atividade, (ii) anonimização, pseudonimização e encriptação dos dados pessoais, quando aplicável, (iii) recursos que permitam a restauração da disponibilidade e do acesso aos dados pessoais de forma rápida em caso de incidente, e (iv) processo de verificação contínua da implementação das referidas medidas técnicas e organizacionais;

(b.3) manter os registros das operações de tratamento de dados pessoais que realizar, com condições de rastreabilidade e de fornecer prova eletrônica a qualquer tempo, contemplando os registros de conexão e de acesso a aplicações, o arquivo acessado, o momento, a duração, o motivo, a identidade do funcionário ou do responsável pelo acesso, consulta ou divulgação, e a identidade dos destinatários dos dados, se for o caso;

(b.4) facultar acesso a dados pessoais somente em casos estritamente necessários e para pessoal autorizado e que tenha assumido compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados;

(b.5) compartilhar com o outro partícipe qualquer requisição de titular de dados pessoais, bem como auxiliar o outro partícipe, sempre que demandado, no atendimento de obrigações perante titulares de dados pessoais, autoridades competentes ou quaisquer outros legítimos interessados, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do pedido;

(b.6) comunicar o outro partícipe, de maneira formal e imediata, com tolerância de, no máximo, 48 (quarenta e oito) horas, a ocorrência de qualquer risco, ameaça ou incidente de segurança que





MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

possa acarretar comprometimento ou dano potencial ou efetivo a titular de dados pessoais, evitando atrasos por conta de verificações ou inspeções, devendo a comunicação conter, no mínimo, as seguintes informações: (i) data e hora do incidente; (ii) data e hora da ciência pelo partícipe; (iii) relação dos tipos de dados pessoais afetados pelo incidente; (iv) quantidade de usuários afetados (volumetria do incidente) e, se possível, a relação desses indivíduos; (v) dados de contato do Encarregado do partícipe ou, não havendo Encarregado, a pessoa junto à qual seja possível obter mais informações sobre o ocorrido; (vi) descrição das possíveis consequências do incidente; (vii) medidas que estão sendo tomadas para a mitigação dos riscos ou a reversão dos efeitos;

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Os partícipes podem solicitar, a qualquer tempo, informações a respeito das operações de tratamento de dados pessoais realizadas em decorrência deste contrato, respeitando-se o sigilo empresarial e as demais proteções legais.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Cada partícipe responderá, de forma independente, por eventuais danos causados a titulares de dados pessoais, em razão do exercício de atividade de tratamento de dados pessoais em violação à legislação de proteção de dados pessoais.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS:

O presente Termo de Cooperação não envolverá a transferência de recursos financeiros entre os partícipes.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO VÍNCULO PESSOAL:





MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Não se estabelecerá vínculo de qualquer espécie, de natureza jurídica, trabalhista ou funcional, entre os partícipes e o pessoal que for utilizado para a realização do apoio técnico e desenvolvimento das atividades por conta do presente Termo de Cooperação.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA E DA PUBLICIDADE:

Este Termo de Cooperação terá vigência de **60 (sessenta) meses** contados a partir da data de sua assinatura e sua eficácia fica condicionada à publicação do seu extrato no respectivo Diário Oficial de cada partícipe.

PARÁGRAFO ÚNICO. Os partícipes serão responsáveis individualmente pela publicação do presente Termo de Cooperação, na forma de extrato, nos respectivos Diários Oficiais internos, bem como nos respectivos sites eletrônicos, após assinatura.

CLÁUSULA NONA – DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO:

O presente instrumento poderá ser denunciado:

(a) em qualquer tempo pela superveniência de ato ou de lei que torne inviável sua execução, ou pelo descumprimento de qualquer de suas cláusulas e condições ou acordo entre os partícipes;

(b) em qualquer tempo por conveniência administrativa, caso em que a denunciante deverá comunicar sua intenção com 30 (trinta) dias de antecedência, reputando-se extinto o Acordo de





**MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

Cooperação Técnica com o decurso do referido prazo, contado do recebimento da comunicação.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES:

Este Termo de Cooperação poderá ser alterado, por meio de termo aditivo, havendo concordância entre os partícipes, mediante proposta devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada, no mínimo, 60 (sessenta) dias antes do término de sua vigência, vedada a alteração do objeto aprovado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO:

A execução do presente Termo de Cooperação será acompanhada e fiscalizada de forma a garantir a regularidade dos atos praticados e a plena e tempestiva execução do objeto, devendo haver, por parte do MPRS e do MPM, designação de Fiscal.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO:

As controvérsias que ocorrerem durante a vigência deste instrumento serão solucionadas pelos partícipes e, em não sendo possível a autocomposição, eventual conflito decorrente do presente instrumento será dirimido judicialmente, elegendo as partes, para tanto, o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal.

E, por estarem justos e acertados, os partícipes lavram o



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

presente Termo de Cooperação em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, abaixo firmadas, seguindo-se as demais exigências e formalidades legais, para que produza seus jurídicos efeitos.

Porto Alegre, 19 de setembro de 2025.

ALEXANDRE SIKINOWSKI SALTZ,

Procurador-Geral de Justiça,

Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul.

ISABEL GUARISE BARRIOS,

Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos
Institucionais,

Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul.

ANDRÉ LUIS DAL MOLIN FLORES,

Promotor de Justiça,

Coordenador do Núcleo de Inteligência do Ministério Público
(NIMP).



MPRS

Ministério Público
do Rio Grande do Sul

Gabinete do Procurador-Geral de Justiça



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

CLAURO ROBERTO DE BORTOLLI,
Procurador-Geral de Justiça Militar,
Ministério Público Militar.

Testemunha 1:

Testemunha 2:



MPRS

Ministério Público
do Rio Grande do Sul

Gabinete do Procurador-Geral de Justiça